

Educando para o Desenvolvimento Sustentável¹

Desde o final da década de 80 e durante a década de 90, generaliza-se a preocupação com a conservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida dos atuais e futuros habitantes deste planeta. No entanto, os discursos transformam-se em ações num ritmo bem mais lento. Experiências exemplares vão demonstrando a viabilidade de propostas de desenvolvimento sustentável, mas não conseguem manter-se ou realizar-se plenamente enquanto não ocorrem mudanças mais significativas em todas as instâncias e esferas de Poder.

É necessário que o indivíduo deseje e conheça as possibilidades de contribuir na construção de sociedades sustentáveis, para que ele e os coletivos dos quais participa possam atuar nessa direção. Para isso, são necessárias políticas públicas, leis, recursos financeiros e humanos, pesquisas, tecnologias, facilidade de acesso a informações, e diversas outras condições, objetivas e subjetivas, fomentadas pelo sistema das Nações Unidas, pelos Bancos de Desenvolvimento, por convenções e tratados internacionais, pelos países ricos, Estados de todos os tipos e níveis, empresas, organizações da sociedade civil, meios de comunicação etc.

Inúmeras são as iniciativas educacionais voltadas à temática ambiental em todo País. Os Fóruns de Educação Ambiental e pesquisas na área revelam que as ações e projetos promovidos pelos municípios – através de suas secretarias, conselhos e de parcerias com escolas, associações de cidadania, empresas e outros órgãos públicos – ganham destaque neste quadro. Grande parte delas são ações pontuais voltadas ao envolvimento das pessoas na solução de problemas, como o do lixo e da arborização urbana, ou ações de capacitação de professores ou de outros setores da população

Marcos Sorrentino

Biólogo e pedagogo, doutor em educação e professor na área de Política e Educação Ambiental, do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”- ESALQ, da USP. Participa do Instituto Ecoar para a Cidadania.

Eda Terezinha de Oliveira Tassara

Física, doutora em psicologia, professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da USP, e professora visitante na Universidade de Pisa/Itália.

¹ Educação para o Desenvolvimento Sustentável, educação para sociedades sustentáveis e educação ambiental serão tratadas neste artigo como denominações semelhantes, voltadas à promoção do envolvimento das pessoas na recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Temos uma concepção de meio ambiente que abrange todos os seres, elementos e sistemas naturais com os quais compartilhamos os ambientes historicamente construídos, e uma concepção de qualidade de vida que compreende as condições materiais, objetivas e subjetivas, relacionadas a nossa cultura, espiritualidade e felicidade.

para realizarem determinadas atividades, ou ainda datas comemorativas, campanhas e alternativas de lazer e educacionais em áreas públicas como praças, parques e zoológicos.

Todas elas encontram seus limites na ausência de políticas voltadas à continuidade e multiplicação no espaço e no tempo. Apesar dessas experiências ainda serem limitadas, já podem subsidiar análises e projeções de caminhos. E todas elas apontam o papel essencial a ser desempenhado pelos Poderes locais. Por isso, durante a Rio 92, representantes de quase todos os países do planeta escreveram uma Agenda para o Século XXI, em que assinalavam a importância de serem escritas e implantadas agendas locais voltadas à conservação, à recuperação e à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

As experiências em curso, as análises de especialistas e as expectativas da sociedade organizada apontam para agendas participativas, que orientem na construção e desfrute de um terceiro milênio, em que os antigos sonhos de felicidade para todos os humanos (de liberdade, igualdade, justiça, de paz e amor, da solidariedade planetária, da equidade, propostos por profetas, religiosos, revolucionários, idealistas e humanitários de todos os tipos e tempos) se materializem. No centro dessa proposta de Agendas 21 locais estava e está a discussão da participação:

- como instrumento pedagógico, que possibilite o envolvimento de cada um com o projeto coletivo e que fomente os sentimentos de pertencimento e importância de si para o todo, para os outros, para o ambiente, e pertencimento e importância do outro e do ambiente para a minha realização como pessoa;
- como estratégia de planejamento, que pos-

sibilite aproveitar os conhecimentos e contribuições de cada um e propicie a divisão de tarefas e as avaliações entre todos;

- como filosofia, como ética, em que o bem-estar e felicidade de todos e de cada um é o que importa, e os direitos da minoria são respeitados e valorizados. Na manutenção da diversidade e na sua permanente possibilidade de expressão reside o nosso maior segredo de viabilidade enquanto espécie e enquanto vida neste Planeta.

Se o município é apontado como importante ator na promoção do desenvolvimento sustentável e as Agendas 21 locais são consideradas instrumentos indispensáveis no seu delineamento, a participação da população é entendida como essencial não só na construção dessas agendas como também na sua implantação.

... a participação da população é entendida como essencial não só na construção dessas agendas como também na sua implantação.

Participação entendida como inclusão social (através do acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao trabalho) e que não se limita ao voto nas urnas, delegando o poder de decidir, nem à consulta por questionários para optarmos entre duas ou três alternativas definidas pelos técnicos como as mais viáveis e nem mesmo se limitando à presença em conselhos consultivos ou deliberativos, onde a falta de tempo e recursos (financeiros e de repertórios) acaba nos tornando coadjuvantes e legitimadores da tomada de decisão por poucos. Essa participação pressupõe:

- a disponibilização de repertórios para que todos tenham condições de decidir – para isso são necessárias políticas voltadas à disponibilização constante e continuada de informações, através das escolas, dos meios de comunicação, comunitários e de massa, das redes formais e informais tecidas pelos grupos de convivencialidade² e pelas instituições, e através de outras formas que não

² Michel Maffesoli, *Socialidade é a marca da ética pós-moderna* - Entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo do dia 14 de outubro de 1989.

privilegiem o saber erudito e os conhecimentos hegemônicos em detrimento de outros saberes e conhecimentos;

- a criação e fortalecimento de espaços de locução – onde o aprendizado da participação se dê no exercício cotidiano do diálogo (da família à empresa; do grupo de amigos à escola; da associação de moradores às instâncias de Poder do município, do Estado e do país), e na práxis do planejamento, ações e avaliações compartilhadas, solidárias e, acima de tudo, que valorizem a diversidade e confiem no potencial da contribuição de cada um para o grupo e para a sociedade;
- a definição e aprimoramento de instâncias de decisão – que, interagindo com os dois itens anteriores, possibilite o real sentido da participação e da cidadania, que é, ao nosso ver, o de envolvimento e de pertencimento a um grupo, projeto, empreendimento, desafio e/ou construção coletiva do futuro.

Um futuro que hoje, mais do que nunca, depende da nossa capacidade de encontrar soluções conjuntas que incluam – envolvam com o sentido de pertencimento – a todos, compartilhando benefícios e dividindo dificuldades. Como diz Ailton Krenak, “se todos os humanos quiserem ter acesso a um *kit-civilização* (uma geladeira, um carro, um micro ...), o planeta afunda”.

Se é sincero o desejo de um futuro compartilhado e/ou a percepção de que sem essa partilha não haverá futuro, então é necessário colocar-se na mesa de negociação os desejos, as necessidades, os direitos, os deveres e as dificuldades de cada pessoa/grupo/sociedade, para ir-se decidindo, por agendas de trabalhos globais e locais nas quais estejam explicitadas responsabilidades, prazos e prioridades.

Até o presente momento, poucos municípios, em todo o planeta, elaboraram suas Agendas 21 e quando a escreveram, até onde temos conhecimento, fizeram na velha forma tecnocrática de juntar especialistas para dizerem o que o município precisa para ser melhor.

O desafio que está colocado é duplo. O primeiro é de que este processo das Agendas 21 locais – que mal ou bem, é um dos raros momentos em

que há uma possibilidade de conexão entre decisões locais e as questões globais, decidindo-se localmente, mas com a cabeça e o coração influenciados/informados pelas questões planetárias, e com a expectativa de influenciar decisões globais – funcione como uma engrenagem,

em que as decisões maiores estejam sintonizadas com as locais, e vice-versa. Por exemplo e simplificado, não adianta falarmos e ficarmos alarmados com o problema do aquecimento global, se em cada município, em cada pedaço deste planeta não existirem pessoas plantando árvores, diminuindo a emissão de gases poluentes e elaborando políticas que fomentem essas atitudes.

O segundo é que as agendas locais sejam políticas e não tecnocráticas, representando as necessidades e desejos de cada pessoa e pequeno grupo, não como o ideal, mas como o resultado de uma efetiva negociação local que permita a cada um sair dela com a sensação de ter chegado a uma lista de prioridades e ações possíveis neste momento.

Para tanto, cada Poder local tem a tarefa de fomentar políticas que estimulem a participação dos indivíduos e grupos em seus “pedaços”³, de forma que a melhoria do meio ambiente e qualidade de vida seja o resultado do exercício constante de uma cidadania local/planetária que já não se contenta com a escolha

...“se todos os humanos quiserem ter acesso a um kit-civilização (uma geladeira, um carro, um micro ...), o planeta afunda”.

³ MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço*. Editora Brasiliense, 1984.

periódica de representantes e quer trazer para o seu cotidiano o poder de decidir/construir o seu presente e o seu futuro.

Os atores locais, interessados em promover processos educacionais que contribuam para o desenvolvimento sustentável, têm na elabo-

...cada Poder local tem a tarefa de fomentar políticas que estimulem a participação dos indivíduos e grupos em seus “pedaços”...

ração participativa de Agendas 21 uma estratégia para mobilização da comunidade e inserção do seu pedaço/município/região em um movimento cada vez mais planetário.

Para exemplificar, podemos citar uma parceria entre uma ONG – o Instituto Ecoar para a Cidadania – e a Universidade de São Paulo-USP, com empresas, prefeituras, outras universidades e outras associações da sociedade civil, desenvolvendo Oficinas de Futuro e grupos de Pesquisa-Ação-Participativa, que partem da mobilização dos grupos de “convivencialidade”, construindo suas próprias agendas e com elas promovendo diálogos entre grupos de distintos pedaços, de forma a irem construindo agendas de espaços mais amplos (bairros, regiões, municípios) e formando agentes locais sintonizados e atuantes em/com temáticas globais.

Essa e outras experiências, se por um lado promovem a participação nas dimensões e pressupostos apresentados neste texto, por outro lado também encontram seus limites na ausência de políticas voltadas a dialogar com demandas que vão sendo mapeadas e apresentadas pela sociedade quando se deflagram tais processos participativos.

A seguir listamos algumas sugestões de políticas e atividades a serem promovidas pelos Poderes locais, de forma a fomentar processos educacionais participativos voltados ao desenvolvimento sustentável e a criar condições para atender às demandas que certamente irão emergir desse processo:

- estímulo e apoio à formação de uma **rede municipal de educação ambiental** que aproxime a diversidade de atores e ações voltados à conservação do meio ambiente, participação, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida, promovendo o diálogo/troca que fortaleça suas iniciativas educacionais e facilite o mapeamento de demandas comuns e o seu equacionamento através de parcerias;
- criação de um **núcleo municipal de educação ambiental** que pode funcionar como ponto de referência para essa rede e como porta de entrada para pessoas que estão se iniciando na temática. Deve ser um local que disponibilize o mapeamento das iniciativas existentes no município, facilmente acessível a qualquer cidadão, através de meios informatizados e folhetos. Pode servir como espaço para reuniões, cursos e oficinas, tendo um acervo de livros, vídeos, áudios e materiais didáticos para consulta e empréstimos, além de abrigar exposições e eventos sobre tecnologias e iniciativas apropriadas para a construção de um município sustentável;
- estímulo e apoio à promoção de **cursos, oficinas e eventos** em todos os setores e regiões do município de forma a sensibilizar mais pessoas a se engajarem nas iniciativas em curso, ou a criarem as suas próprias, disponibilizando informações (que permitam o aprofundamento teórico e a aquisição/desenvolvimento de novas técnicas e métodos de trabalho) ou promovendo a apresentação/troca das mesmas em eventos festivos e culturais;
- criação de **pólos de educação ambiental e geração de renda** que promovam reciclagem, agricultura urbana e periurbana, agroindústrias e outras atividades de agregação de valores aos recursos naturais e aos produtos do trabalho humano. Pólos que te-

nam na sustentabilidade, em todas as suas dimensões⁴, a principal diretriz e, na perspectiva educacional – formadora de recursos humanos, multiplicadora de exemplos, potencializadora de indivíduos para aprofundarem a qualidade de suas participações nesses pólos e em outras instâncias de suas vidas – a mais forte motivação. Para isso deve-se disponibilizar terrenos (que podem ser públicos ou de parcerias), linhas de crédito (rotativo, popular, solidário e outras modalidades que garantam o acesso do pequeno empresário aos recursos financeiros, de consultoria para tecnologias, capacitação humana, de comercialização e aquisição de mercadorias ...) acesso a informações e políticas públicas que fortaleçam as atividades desses pólos;

- estímulo e apoio para implantação de **educação ambiental nas escolas**, através de cursos, oficinas, eventos, informações, centro de apoio às atividades dos professores e das escolas, disponibilizando materiais didáticos, infra-estrutura, transporte, para que possam viabilizar seus projetos e para que possam participar da Rede Municipal de Educação Ambiental, sistematizando suas experiências para apresentação e trocas no município e em outros locais;
- mapeamento e apoio para implantação, melhoria e divulgação das **áreas apropriadas para educação ambiental e para a produção de materiais didáticos** acessíveis à rede escolar e a outros centros educacionais.

Além desses itens, devemos lembrar Hall (1993)⁵, quando nos aponta oito medidas como necessárias para apoiar uma educação ambiental voltada para um desenvolvimento sustentável:

- um sistema de formação e orientação da opinião pública nesse campo;
- um sistema de formação e capacitação de recursos humanos para a educação, tomada de decisões, administração e execução de políticas;
- um sistema socioeconômico que satisfaça as necessidades básicas de trabalho, alimentação, moradia, energia, vestimenta, saúde e educação da população;
- um sistema científico-tecnológico que promova uma tecnologia limpa e adequada (de poucos resíduos ou sem eles);
- um sistema de Administração Pública e privada que demonstre na prática a capacidade e vontade de promover e controlar a sustentabilidade nas atividades de desenvolvimento;
- uma política de participação cidadã em toda tomada de decisões e execução de obras de desenvolvimento;
- um sistema jurídico que contribua para considerar e para cumprir a sustentabilidade em atividades de desenvolvimento;
- um sistema financeiro que garanta os recursos econômicos necessários para o desenvolvimento da educação ambiental formal e não-formal .

Finalizando, não podemos esquecer o poder

⁴ Sustentabilidade em todas as suas dimensões propostas por Ignacy Sachs em *Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente*, (Editora Studio Nobel Fundap, São Paulo - 1993) e entendida aqui como:

a) Sustentabilidade econômica - sua necessidade torna-se evidente pelas recentes modificações na economia e na política mundial, exigindo que se pense a eficiência econômica em função de sua eficácia social e não só nos critérios de lucratividade de curto prazo, ignorando sua responsabilidade com as gerações futuras;

b) Sustentabilidade social - busca reduzir as distâncias entre padrões de vida abastados e não abastados e a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos nas distintas iniciativas de desenvolvimento;

c) Sustentabilidade ecológica - destina-se à conservação dos sistemas naturais, preservando a biodiversidade, respeitando a sociodiversidade e garantindo sua capacidade de suporte e regeneração diante dos impactos causados pela ação humana;

d) Sustentabilidade espacial - voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, promove projetos modernos de agricultura regenerativa, agroflorestamentos e agroindústrias, proporcionando acesso a técnicas adequadas e estabelecendo medidas de proteção a ecossistemas frágeis;

e) Sustentabilidade cultural - a partir de peculiaridades de cada local, busca-se projetar, participativamente, um futuro apropriado às expectativas, necessidades e características de sua população. Os processos produtivos, tecnologias, modalidades de consumo e forma de vida são questionados, planejados e implementados dentro de uma perspectiva de reforçar os vínculos de pertencimento entre o indivíduo e seu grupo e entre eles e o meio ambiente, a sociedade e as gerações futuras.

⁵ HALL, Orlando. Perspectivas de la educación ambiental ante el desafío del desarrollo sustentable. In: *Educación Ambiental y Universidad*, Congreso Ibero-Americano de Educación Ambiental, Universidade de Guadalajara (1993).

mobilizador das utopias que sensibilizaram e convocaram a humanidade para a ação. Hoje, mais do que nunca, no início de um novo século, diante do enorme poder que temos de construir e destruir coisas belas e de nos percebermos enquanto espécie, compartilhando com milhares de outras este pequeno planeta, mara-

vilhados com a vida e tristes com a miséria que ainda impera entre nós, a utopia está em acreditar e agir na construção da possibilidade de sermos, cada um, íntegro, honesto, humilde, solidário, carinhoso e de sermos todos – indivíduos, comunidades e humanidade – felizes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALL, Orlando. Perspectivas de la educación ambiental ante el desafío del desarrollo sustentable. In: *Educación ambiental y universidad*. Congreso Ibero-Americano de Educación Ambiental, Universidade de Guadalajara, 1993.

MAFFESOLI, Michel. Socialidade é a marca da ética pós-moderna. *Folha de S. Paulo*, 14 out. 1989.

MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço*. Brasiliense, 1984.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel Fundap, 1993.